

## A EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUAS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES

Michelle Mayra Palmeira Cordeiro (1); Ana Lara Diniz Fontes (2); Felipe Salviano Ramos (3)

Orientador: Michelle Mayra Palmeira Cordeiro

<sup>1</sup>Professora e estudante da Faculdade do Alto Oeste Potiguar- RN - mayrapalmeira@hotmail.com

<sup>2</sup>Faculdade Santa Maria- PB - analaradiniz@hotmail.com

<sup>3</sup>Faculdade Santa Maria- PB - felipeeesalviano@hotmail.com

**Resumo:** O presente trabalho objetiva compreender a dimensão que envolve a Educação Especial e suas múltiplas possibilidades de atendimento às necessidades dos sujeitos da aprendizagem. Justifica-se pela possibilidade de contribuir para uma compreensão humanizada acerca do acolhimento de indivíduos cujas limitações ou dificuldades necessitam de acompanhamento e superação para que estes se desenvolvam. Trata-se de uma breve revisão bibliográfica baseada na literatura especializada e através de consulta a artigos científicos. Os textos estudados sobre a temática, apontaram que a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva tem como mote a oferta de um ensino de qualidade a todos aqueles que precisam ter seus direitos reconhecidos e respeitados nas mais diversas esferas sociais, inclusive no âmbito educacional.

Palavras-chave: Aprendizagem, Educação Especial, Igualdade, Superação.

### INTRODUÇÃO

Considerando as transformações do mundo contemporâneo e as múltiplas possibilidades de acolhimento e promoção do desenvolvimento humano, a Educação Especial surge para reconhecer as diferenças e demonstrar as habilidades possíveis dos sujeitos sociais em sua complexidade. Nessa perspectiva, trabalhar as diferenças tendo em vista as especificidades que caracteriza cada indivíduo ressalta a necessidade de desenvolvimento de uma holística crítica e inclusiva para com os sujeitos especiais.

Por esse viés, esta pesquisa fundamenta-se pelos seguintes objetivos: discorrer sobre as principais dificuldades enfrentadas pela Educação Especial ao longo de sua trajetória, enfatizar a importância de incluí-la as escolas regulares de forma acolhedora e demonstrar possibilidades de evolução e desenvolvimento dos sujeitos com deficiência.

### METODOLOGIA

A metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa consiste em pesquisa de cunho bibliográfico, mediante investigação e análise de produções teóricas sobre o assunto. Assim, este

estudo constitui-se de uma breve revisão da literatura especializada, realizada no mês de setembro de 2016, no qual realizou-se uma consulta a livros e periódicos presentes nas Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior, as quais os autores têm vínculo discente, quais sejam: a Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar e a Faculdade Santa Maria, respectivamente localizadas nas cidades de Pau dos Ferros/RN e Cajazeiras/PB.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A Educação Especial têm sua origem, no cenário brasileiro, fincada nos últimos anos do século XIX. A criação do Instituto dos Meninos Cegos no ano de 1854 e o Instituto dos Surdos-Mudos em 1857 resultaram da inspiração em experiências europeias e representaram uma inovação para o período vigente.

Tal novidade foi percebida como inusitada pelos cidadãos da época, tendo em vista a peculiaridade do momento e as dificuldades enfrentadas pelas famílias na lida diária como seus filhos ou parentes especiais.

Nessa perspectiva, Mendes (2011) destaca que em 1874 a criação do Hospital Juliano Moreira situado no estado da Bahia contribuiu para uma iniciativa pautada na assistência médica aos indivíduos com deficiência intelectual, fornecendo-lhes melhor qualidade de vida.

Essa atitude possibilitou outras inovações no Atendimento Especial, uma vez que em 1887, o Rio de Janeiro tornou-se palco da “Escola México” com o intuito de atender e beneficiar as pessoas com deficiências físicas e intelectuais.

Durante muito tempo, as conceituações sobre “pessoa especial” foram distorcidas e imprecisas, tendo em vista a falta de informação e de conhecimento condizente com o momento vivido. A concepção de deficiência associava-se aqueles sujeitos cujos comportamentos distinguiam-se das normas estabelecidas pela sociedade.

O conceito “Especial” não existia em sua totalidade, o que permitia a sua mera substituição pelo termo “Deficiente”. A generalização que acompanhou a população ao longo do tempo encontrou respaldo nas dificuldades impostas pelos sistemas educacionais no que concerne a inclusão da diversidade e o pleno desenvolvimento dos indivíduos.

Enquanto alguns países investiam, criavam escolas especiais comunitárias e salas especiais no interior de escolas regulares na primeira metade do século XX, o Brasil permaneceu numa zona de conforto, demonstrando-se alheio a tais necessidades. Essa despreocupação com a criação de serviços levou a uma seleção vaga de pessoas consideradas “anormais” para fazer parte de um



ensino restrito oferecido em poucas instituições. Desse modo, os indivíduos eram considerados detentores de defeitos pedagógicos ou capacidade de aprendizagem diferenciada.

Nesse contexto, enquanto a escola pública buscava estender as matrículas as classes populares, ficavam a cargo da sociedade civil organizada a difusão de escolas privadas e filantrópicas com foco em determinados segmento da sociedade. Porém, ao observar o crescimento da evasão escolar, reprovação e fracasso dos discentes que apresentavam determinadas dificuldades, observou-se a importância de haver uma maior dedicação e investimento na Educação Especial no setor público.

Adquirindo um olhar diferenciado e problematizador nos anos 90, a Educação Especial foi inserida no contexto da reforma que assolava o país naquele momento, inclusive, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1996.

Por esse viés, Mendes (2011) justifica que:

Assim, a educação especial brasileira no final da década de noventa vai ser marcado pela sua inserção no contexto de reforma educacional do sistema educacional e pelo caloroso debate da inclusão escolar, envolvendo uma dicotomização do campo entre os adeptos da educação inclusiva e os adeptos de uma visão mais radical baseada na inclusão total. (MENDES, 2011, p. 105).

A Educação Especial perpassa os vieses da filantropia e da caridade praticadas até então para exigir um reconhecimento de maior abundância e efetividade frente às exigências do mundo contemporâneo. Desse modo, os adeptos da Educação Inclusiva unem-se aqueles radicais que buscam uma inclusão total das pessoas com deficiência num sistema com propostas acolhedoras e abrangentes.

Embora não tenha retirado de vez a Educação Especial do âmbito da política assistencialista, os avanços em termos da legislação encaminharam o sistema de ensino a nível nacional para o avanço, mesmo que deficitário, da integração e inclusão.

Apesar de existirem maiores investimentos no setor inclusivo, observa-se que, apesar dos esforços, nem todas as crianças e jovens incluídos nessa perspectiva conseguem desenvolver-se e assumir uma postura igualitária no meio social.

Desse modo, a exclusão escolar ocorre mesmo com a presença de alunos devidamente matriculados e assíduos na escola, já que estes por não conseguirem acompanhar os demais ou não obterem acompanhamento adequado, ficam a margem do aprendizado.

Em alguns casos específicos, a escola integrante não possui infraestrutura condizente com as limitações dos discentes, as quais necessitam de espaço, materiais didáticos e atenção especial que favoreçam o desenvolvimento integral da pessoa.

Ao tratar sobre o Atendimento Especial Especializado, Da Silva (2010) afirma:

A Educação Especial é uma área de conhecimento e também uma modalidade de ensino que tem como objetivo o desenvolvimento de práticas e estratégias pedagógicas voltadas para os alunos com Necessidades Educacionais Especiais. (DA SILVA, 2010, p. 9).

Desse modo, envolvem-se nessa classificação os discentes deficientes auditivos, deficientes visuais, deficientes físicos e deficientes intelectuais. Por isso as práticas adotadas em sala de aula devem ser pensadas sob a ótica de estratégias que levem estímulos, acolhimento e afetividade aos sujeitos da aprendizagem.

Nesse contexto, o atual modelo de Educação Especial pretende desmistificar o ideário de inclusão trabalhado durante muito tempo nos centros educacionais. Essa prática considerava que ao ser inserido na escola o sujeito passava a incluir-se como educando em busca do autodesenvolvimento e aprendizagem. Desse modo, o Ensino Especial não deve ser visto como algo particular, único, uma vez que este representa um recurso adicional para auxiliar o ensino dos discentes e suas especificidades. Lima (2006) ressalta que a deficiência, por menor que seja não deve ser negada, mas analisada, discutida, compreendida e encaminhada para a possível superação. Nesse cenário, a escola averigua potencialidades inerentes ao sujeito e dinamiza-as em prol da construção de um sujeito ativo.

Essa compreensão permite uma holística particular para cada diversidade levando a análise das características que as constituem. Assim, para propagar a inclusão é preciso colocar os recursos aplicados aos alunos com deficiência a disposição da escola em geral, tendo em vista a importância dos demais alunos conhecerem e inserirem-se na realidade vigente.

Ao realizar um planejamento único, a escola não favorece a superação de estigmas e tabus da clientela considerada “diferente”. A escola precisa pensar que tantos os alunos com deficiência como os que não a possuem têm como objetivo a aprendizagem que deve ser alcançado por intermédio do sistema educacional. Isso demonstra que ao promover educação é preciso pensá-la num contexto abrangente e sem barreiras. Nesse contexto, Omote (2003) salienta que a inclusão das diferenças requer a igualdade de direitos e do acesso às oportunidades a todos os cidadãos. Tornar

os sujeitos ‘iguais’ significa desconsiderar posses, ideologia política, religiosa, atributos físicos e mentais, etc.

A perspectiva acolhedora da Educação Especial é entendida por Glat e Fernandes (2005) como sumária, incluindo-se aí as dificuldades temporárias ou permanentes apresentadas pelos alunos. Essa percepção considera que a escola deve colaborar para que o aluno alcance melhorias significativas quanto as suas limitações.

## CONCLUSÕES

Compreendendo a pessoa com deficiência auditiva, deficiência física, visual e mental, a Educação Especial permite um atendimento especializado aos indivíduos, cujas limitações ou dificuldades os colocam a margem do atendimento oferecido pelas escolas regulares. Trabalhar com esse público é pensar nas oportunidades de condições mínimas de dignidade e respeito frente às exigências do mundo contemporâneo.

Diante do exposto, tornou-se nítida a existência de barreiras que aparecem como empecilhos nos centros educacionais que atendem a essa clientela. Muitas vezes, a falta de infraestrutura física, organizacional e material dificultam o exercício do docente reduzindo a eficácia dos seus objetivos. Nessa perspectiva, integração e inclusão devem associar-se formando um elo que vise às singularidades dos sujeitos e suas habilidades no cotidiano escolar.

Entende-se, assim, que trabalhar as diferenças de modo a satisfazer as necessidades básicas de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, requer a igualdade de direitos num cenário que luta, ao mesmo tempo, pelo reconhecimento das diferenças. A complexidade do Ensino Especial abrange a equiparação das oportunidades considerando os diferentes perfis dos alunos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, “**LEI n.º 9394, de 20.12.96, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**”, in Diário da União, ano CXXXIV, n. 248, 23.12.96.

DA SILVA, Aline Maira. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Editora Ibepex, 2010.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão**, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.



**II CINTEDI**  
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE  
**EDUCAÇÃO INCLUSIVA**  
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

**16 a 18**  
**NOVEMBRO**  
**2016**  
LOCAL DO EVENTO  
CENTRO DE CONVENÇÕES  
**RAYMUNDO ASFORA**  
GARDEN HOTEL  
CAMPINA GRANDE-PB

LIMA, Francisco José de. Ética e inclusão: o status da diferença. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos et al (Orgs). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, v. 22, n. 57, p. 93-109, 2011.

OMOTE, Sadao. A formação do professor de educação especial na perspectiva da inclusão. **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: UNESP, p. 153-169, 2003.

